



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Participantes: Alex Domingues de Castro Santos

José Roberto dos Santos

Rafael de Jesus Freitas

Reunião realizada 14 de janeiro de 2026, às 10 horas.

Às dez horas do 14 de janeiro de 2026, atendendo ao calendário das reuniões, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados, em atenção ao calendário de reuniões ordinárias preestabelecido. Dando início aos trabalhos, o Superintendente procedeu à leitura da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes.

- 1) Cenário Macroeconômico** - A economia norte-americana continua surpreendendo positivamente quando analisamos o ciclo de crescimento. O dado do Produto Interno Bruto (PIB) referente ao terceiro trimestre de 2025 nos mostrou uma variação de 1,07% frente ao PIB do segundo trimestre, um crescimento muito sólido. Na decomposição deste resultado, vemos que o consumo privado (+60bps) continua sólido, com as famílias mantendo um consumo elevado de bens e serviços, mesmo com um pequeno arrefecimento do mercado de trabalho. Já os investimentos arrefeceram (-5bps), em parte devido à queda do investimento residencial, por outro lado, o investimento em propriedade intelectual permanece subindo. Já as exportações reverteram a queda e cresceram significativamente (+24bps), enquanto as importações arrefeceram (+0,18bps). Em variações anuais, o crescimento da economia americana arrefeceu de 2,32% no segundo trimestre para 2,21% no terceiro trimestre.

O Federal Reserve projeta uma expansão de 1,7% para 2025 e 2,3% para 2026, uma reavaliação significativa quando comparada com as projeções no terceiro trimestre. No âmbito da inflação ao consumidor, após atrasos nas divulgações, observamos a publicação das informações de novembro, visto que o dado de outubro não foi divulgado. A inflação anual arrefeceu de 3,02% em setembro para 2,71% em novembro, bem abaixo do que o mercado esperava. Porém, devido ao shutdown, a coleta de preços foi prejudicada e com isso o erro de mensuração da inflação não é desprezível. O mercado não acredita que a inflação melhorou de tal forma. Com isso, é necessária cautela com essa informação e devemos esperar a divulgação da informação de dezembro para ter um melhor quadro dos preços nos Estados Unidos. O Fed projeta uma inflação de 2,9% para 2025 e 2,4% para 2026. Por fim, no cenário de política monetária, pouco se alterou. O mercado continua precificando que o Fed terá pouca capacidade de cortar juros em 2026. Estão implícitas na curva dos EUA duas quedas de 25bps no ano, encerrando 2026 e 2027 no patamar de 3,25%. Já a mediana das expectativas do Fed é de apenas uma queda de juros para 2026, com isso a taxa básica terminaria este ano em 3,50% e 3,25% em 2027. Ainda no âmbito monetário, um evento que pode trazer mudanças de expectativas será o encerramento do mandato de Jerome Powell em maio deste ano. Os nomes mais cotados para assumir a presidência são: (i) Kevin Hassett, atual conselheiro econômico da Casa Branca, (ii) Kevin Warsh, ex-membro do comitê de política monetária do Fed, e (iii) Christopher Waller, atual membro do comitê de política monetária do Fed.

Atravessando o Atlântico Norte, desembarcamos na Europa, que apresenta um crescimento econômico heterogêneo. De um lado, temos o Reino Unido com um crescimento cada vez mais fraco, e de outro lado temos o bloco da Zona do Euro que apresenta um crescimento robusto, porém neste bloco temos a principal economia, a Alemanha com crescimento muito fraco. No Reino Unido, o PIB anual do terceiro trimestre foi de 1,58%, frente a um crescimento de 1,60% no



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

segundo trimestre. Na Zona do Euro, o crescimento acelerou de 1,38% para 1,47% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2025, puxado especialmente pelo aumento dos investimentos e das exportações. Para 2026, o FMI projeta uma expansão de 1,26% para o Reino Unido e 1,09% para o bloco da Zona do Euro, com a Alemanha mantendo um crescimento em torno de 1% e vendo França, Espanha e Itália crescerem menos do que 2025. No âmbito da inflação ao consumidor, na Zona do Euro os índices de preços vêm arrefecendo e se aproximando da meta de inflação do ECB. A taxa de inflação agregada caiu de 2,43% em dezembro de 2024 para 2,14% em novembro de 2025. Já o núcleo da inflação (retirando preços de energia e alimentos) caiu de 2,71% para 2,41%. A projeção do FMI para a inflação agregada em 2026 do bloco é de 1,89%. No Reino Unido, apesar do arrefecimento da economia, a inflação agregada está subindo, passando de 3,46% para 3,53% no mesmo período analisado. Por outro lado, o núcleo de inflação está cedendo, de 4,21% para 3,53%. A projeção do FMI para a inflação agregada em 2026 é de 2,00%. Por fim, no âmbito da política monetária, tanto o ECB quanto o BOE cortaram os juros em 2025. O ECB flexibilizou a política monetária de 3,00% para 2,00%. Já o BOE reduziu os juros de 4,75% para 3,75%. Os mercados não precificam quedas intensas na taxa de juros para 2026, mesmo com um crescimento menor. Porém, caso haja mudanças no cenário de inflação, poderá ser provável que o BOE volte a cortar os juros, enquanto será necessária uma reversão importante da inflação na Zona do Euro para o ECB cortar ainda mais os juros nos próximos meses.

A economia japonesa permanece apresentando uma tração relevante e alterando drasticamente o cenário para 2026. O PIB anual do terceiro trimestre de 2025 apresentou um crescimento de 1,23%, frente a um crescimento de -0,23% no fechamento de 2024. Esse crescimento relevante é explicado pela tração do consumo privado, pelo aumento dos investimentos e das exportações. Para 2026, o FMI projeta um crescimento de 0,63%, ainda acima do crescimento potencial japonês. Importante ressaltar que Sanae Takaichi, primeira-ministra japonesa, divulgou um pacote de expansão fiscal de 3,5% do PIB recentemente. Nele estarão contidos o corte de impostos e o aumento de despesas públicas. Esse cenário fornece ainda mais tração para o crescimento agregado. No âmbito da inflação ao consumidor, os preços vêm arrefecendo mesmo diante de um crescimento mais alto. Porém, apesar da inflação agregada ter caído de 3,65% em dezembro de 2024 para 2,91% em novembro de 2025, o núcleo de inflação permanece alto, em torno de 3,53

A economia brasileira adentra 2026 com o espectro das eleições presidenciais e legislativas nos radares dos mercados. Em anos eleitorais, estimamos que a volatilidade do Ibovespa, do dólar, do índice de NTN-Bs e do índice de prefixados aumenta na média 45%, 40%, 19% e 2%, respectivamente. No âmbito do ciclo de crescimento, os dados do terceiro trimestre evidenciam uma economia perdendo levemente a tração. A expansão trimestral do PIB ao longo de 2025 foi de 1,54% no primeiro, 0,32% no segundo e 0,11% no terceiro. Essa perda de tração é sustentada especialmente devido ao arrefecimento do consumo privado. Essa conjuntura é derivada do menor dinamismo do mercado de trabalho, onde observamos uma menor criação de empregos e uma renda média real caindo, porém o desemprego permanece baixo e estável. Os investimentos também estão moderados, justamente devido ao nível da taxa de juros, que inviabiliza diversos projetos. Em bases anuais, a economia brasileira cresceu 3,42% no fechamento de 2024 e atualmente cresce 2,71%. Para o fechamento de 2025, 2026 e 2027, a mediana do Boletim Focus espera uma expansão de 2,26%, 1,8% e 1,8%, respectivamente. Houve a sétima deflação consecutiva na categoria de alimentos no mês (-0,08%), enquanto a variação anual foi de 1,93%. A conjuntura favorável dos preços pode ser explicada pelo choque de oferta do início do ano e pela apreciação do real no ano. Na categoria de preços monitorados houve inflação de 0,08% no mês e marcou 5,35% em 12 meses.

(Fonte: Carta Mensal, 4Um Asset Management, Dezembro/2025)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

2) Evolução da execução Orçamentária do RPPS

Conforme quadro, as arrecadações de contribuições no mês foram maiores que as despesas projetadas, podendo o saldo positivo ser aplicado para constituição de reserva futura. A despesa será menor devido a concessão de benefícios estar abaixo do projetado no cálculo atuarial, mesmo com direito ao benefício previdenciário, a concessão é condicionada ao pedido do servidor, exceto aos que completarem 75 anos que serão aposentados compulsoriamente.

	NO MÊS	NO ANO	RECEITA PREVISTA PARA 2025	RECEITA ATUALIZADA
RECEITAS	9.270.132,96	90.372.502,97	71.600.000,00	90.372.502,97
	NO MÊS	NO ANO	DOTAÇÃO	SALDO 2025
DESPESAS	4.131.176,24	26.824.027,81	71.600.000,00	44.775.972,19
	NO MÊS	NO ANO		
SALDO	5.138.956,72	63.548.475,16		

3) Fluxo de Caixa e Investimentos

Após análise da carteira, do fechamento contábil e conciliação bancária, o Comitê de Investimentos usando das prerrogativas previstas no inciso VI, art. 6º do Regimento Interno, bem como dando continuidade a estratégia de cautela na exposição da carteira, adotada para este ano, deliberou por unanimidade a aplicação de R\$ 33.089.974,40 (Trinta e três milhões, oitenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) e resgates no importe de R\$ 28.867.003,58 (Vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, três reais e cinquenta e oito centavos), conforme discriminação abaixo:

ATIVO	APLICAÇÃO	RESGATE
LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 8,21% - VECTO: 18/12/2028	5.000.000,00	
LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 7,95% - VECTO: 17/12/2029	5.000.000,00	
LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 8,31% - VECTO: 17/12/2027	3.000.000,00	
SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF...	5.000.000,00	
LETRA FINANCEIRA DAYCOVAL TAXA 7,00%		10.531.223,06
CAIXA BR DISPONIBILIDADES RF	16.300.008,58	17.171.477,42
TOTAL	34.300.008,58	27.702.700,48

4) DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

APLICAÇÕES

LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 8,21% - VECTO: 18/12/2028

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada para manutenção da estratégia da política de investimentos, conforme plano de contingência Nº001/2025 deliberado aplicação em instituições S1 ou S2, limitando aos bancos grandes que já possuem investimentos com o RPPS. Itaú, Santander e Bradesco, optou -se pelo Itaú devido as taxas, tamanho, rating e por não haver este tipo de investimentos com a instituição. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 7,95% - VECTO: 17/12/2029

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada para manutenção da estratégia da política de investimentos, conforme plano de contingência Nº001/2025 deliberado aplicação em instituições S1 ou S2, limitando aos bancos grandes que já possuem investimentos com o RPPS. Itaú, Santander e Bradesco, optou -se



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

pelo Itaú devido as taxas, tamanho, rating e por não haver este tipo de investimentos com a instituição. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

LF ITAÚ UNIBANCO - IPCA + 8,31% - VECTO: 17/12/2027

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada para manutenção da estratégia da política de investimentos, conforme plano de contingência Nº001/2025 deliberado aplicação em instituições S1 ou S2, limitando aos bancos grandes que já possuem investimentos com o RPPS. Itaú, Santander e Bradesco, optou -se pelo Itaú devido as taxas, tamanho, rating e por não haver este tipo de investimentos com a instituição. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF – R\$ 5.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

RESGATES

LETRA FINANCEIRA DAYCOVAL TAXA 7,00%

Vencimento da LF em 16/12/2025. Conforme plano de contingência Nº001/2025, recursos não serão reaplicados em LF do Banco Daycoval, instituição S3. Os recursos do resgate ficarão disponíveis no fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADE para futura diversificação.

Repasse das contribuições dos entes - Estima-se o recebimento de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) que serão utilizados aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos reais) para pagamento de benefícios e custeio do RPPS. O Saldo restante ficará aplicado no fundo CX BR DISPONIBILIDADE para futura diversificação da carteira.

5). Outras análises

A carteira do RPPS atende as especificações e enquadramentos e limites da Resolução Nº 4963/2021;

Conforme levantamento realizado a carteira do RPPS possui no fechamento do mês 69,64% de liquidez em até 30 dias, permitindo a manutenção do portfólio em casos de mudanças no cenário econômico;

Não há desenquadramento ou ativos em liquidação na carteira do RPPS;

No fechamento do mês, a carteira de investimentos encontra-se com rentabilidade **ACIMA da meta atuarial** acumulada projetada.

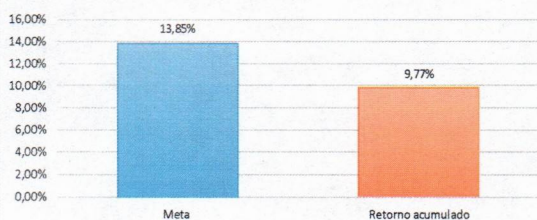
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno no Mês	Retorno Mês	Meta	Retorno acumulado	Retorno acum.	Meta acum.	Gap (%)
Janeiro	405.430.605,39	19.818.487,16	13.597.710,64	416.868.696,46	5.217.314,55	1,27%	0,61%	5.217.314,55	1,27%	0,61%	207,74%
Fevereiro	416.868.696,46	29.246.761,76	25.181.986,85	422.567.942,90	1.634.470,72	0,69%	1,72%	6.851.785,27	1,66%	2,34%	70,83%
Março	422.567.942,90	34.647.023,76	30.823.835,34	427.607.523,86	1.216.393,35	0,29%	0,94%	8.068.178,62	1,95%	3,31%	58,99%
Abril	427.607.523,86	32.701.091,00	28.936.351,50	439.965.034,62	8.592.771,26	1,99%	0,84%	16.660.949,88	3,98%	4,18%	95,14%
Maio	439.965.034,62	26.249.708,73	22.228.024,08	451.015.933,01	7.029.213,74	1,58%	0,69%	23.690.163,62	5,63%	5,53%	114,76%
Junho	451.015.933,01	15.651.981,53	11.448.432,21	459.616.108,69	4.396.626,36	0,97%	0,65%	28.086.789,98	6,65%	5,59%	119,03%
Julho	459.616.108,69	26.161.021,12	21.890.811,46	465.733.905,07	1.847.586,72	0,40%	0,73%	29.934.376,70	7,07%	6,36%	111,26%
Agosto	465.733.905,07	45.933.913,53	41.665.970,56	476.409.617,34	6.407.769,30	1,36%	0,32%	36.342.146,00	8,53%	6,70%	127,43%
Setembro	476.409.617,34	21.564.496,96	17.469.541,89	486.873.108,74	6.368.536,33	1,33%	0,93%	42.710.682,33	9,97%	7,69%	129,67%
Outubro	486.873.108,74	23.376.773,00	19.170.180,96	497.299.577,93	6.219.877,15	1,27%	0,56%	48.930.559,48	11,36%	8,29%	137,03%
Novembro	497.299.577,93	33.089.974,40	28.867.003,58	508.396.639,64	6.874.090,89	1,37%	0,57%	55.804.650,37	12,89%	8,91%	144,69%
Dezembro	508.396.639,64	34.300.008,58	31.702.700,48	515.318.816,49	4.324.868,75	0,85%	0,79%	60.129.519,12	13,85%	9,77%	141,71%
						0,85%	0,79%	60.129.519,12	13,85%	9,77%	141,71%



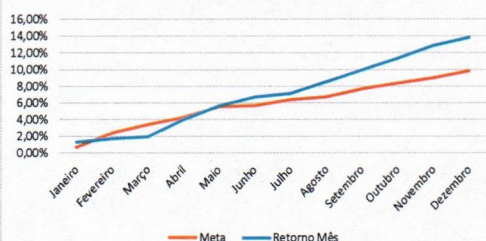
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Meta Atuarial Acumulada 2025



Meta Atuarial 2025



Retorno obtido no mês
Meta atuarial do mês
Retorno da carteira em 2025
Meta atuarial acumulada de 2025

RECURSOS PREVIDENCIARIOS	515.318.816,49
RECURSOS TAXA ADMINISTRATIVA	8.913.422,58
TOTAL DE RECURSOS ITAPREV	524.232.239,07

Produto / Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922 / 4.392 / 4.604	SEGMENTO	Retorno 2025	Meta 2025	Segmento	fundos novos 2025
FINACAP MAURITSSAD FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	31,44%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	31,08%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	24,61%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
QLZ MOS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	24,05%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	22,47%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	22,31%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFOLIO RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	16,91%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	16,36%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL IMA GERAL TP RF LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	15,08%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
ICATU VANGUARDA IGARATÉ LONG BIASED FI MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	15,00%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
SOMMA TORINO FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENTA FIXA	14,79%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL CLASSIC TITULOS BANCARIOS FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENTA FIXA	14,77%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL CLASSIC FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENTA FIXA	14,63%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	14,48%	9,76%	TX. ADMINISTRATIVA	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	14,38%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	14,12%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	13,62%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CLARITAS FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENTA FIXA	13,58%	8,74%	PREVIDENCIÁRIO	FEVEREIRO
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	13,31%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	13,11%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	12,94%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	12,68%	9,76%	TX. ADMINISTRATIVA	
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	12,55%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB TITULOS PUBLICOS VERTICE 2028 RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	12,50%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL 2030 II TITULOS PUBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	12,26%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL 2027 TITULOS PUBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	11,92%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	11,91%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	11,89%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	11,84%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	11,73%	8,74%	PREVIDENCIÁRIO	FEVEREIRO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

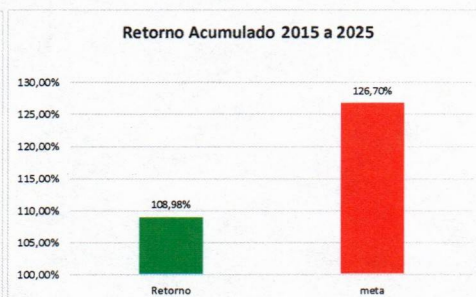
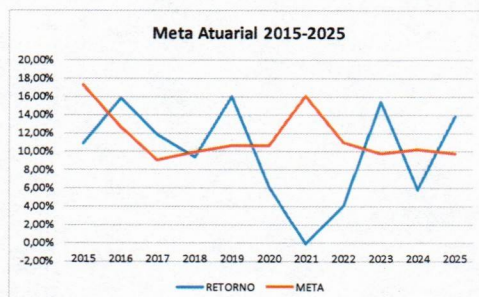
ESTADO DE SÃO PAULO

CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	11,69%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	11,47%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	11,46%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	11,45%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 6,29%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	11,26%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB TP VERTICE 2026 RESP.LIMITADA RF PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	11,21%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 6,30%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	11,02%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
SANTANDER DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	10,96%	3,49%	PREVIDENCIÁRIO	JULHO
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 5,93%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	10,63%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	10,03%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	10,00%	9,76%	TX. ADMINISTRATIVA	
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RF LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	7,91%	3,89%	PREVIDENCIÁRIO	JUNHO
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	Artigo 9º, Inciso III	RENDA VARIÁVEL	7,65%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
BRASESCO DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	7,34%	1,91%	PREVIDENCIÁRIO	OUTUBRO
BRASESCOL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,43%	5,23%	PREVIDENCIÁRIO	MAIO
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,17%	5,23%	PREVIDENCIÁRIO	MAIO
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,14%	5,23%	PREVIDENCIÁRIO	MAIO
ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RESP LIMITADA FIF CIC RF LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	5,18%	3,16%	PREVIDENCIÁRIO	AGOSTO
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO I RESP.LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	3,12%	3,16%	PREVIDENCIÁRIO	AGOSTO
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	2,30%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
ITAÚ S&P500 BRL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	1,91%	1,35%	PREVIDENCIÁRIO	NOVEMBRO
BRASESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	3,27%	2,84%	PREVIDENCIÁRIO	SETEMBRO
SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	0,52%	1,35%	PREVIDENCIÁRIO	NOVEMBRO
ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,50%	0,78%	PREVIDENCIÁRIO	DEZEMBRO
ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,95%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,48%	0,78%	PREVIDENCIÁRIO	DEZEMBRO
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	Artigo 9º, Inciso III	RENDA VARIÁVEL	0,47%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	
ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,46%	0,78%	PREVIDENCIÁRIO	DEZEMBRO
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11	Artigo 11º	RENDA VARIÁVEL	-22,31%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO	

Retorno acumulado 2015 a 2025

	RETORNO	META	
2015	10,91%	17,26%	ABAIXO
2016	15,83%	12,64%	ACIMA
2017	11,82%	9,04%	ACIMA
2018	9,41%	9,92%	ABAIXO
2019	16,05%	10,59%	ACIMA
2020	6,05%	10,63%	ABAIXO
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA

Retorno	meta
108,98%	126,70%



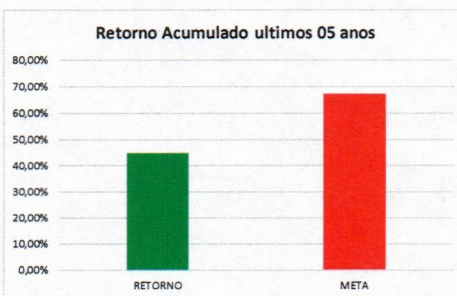
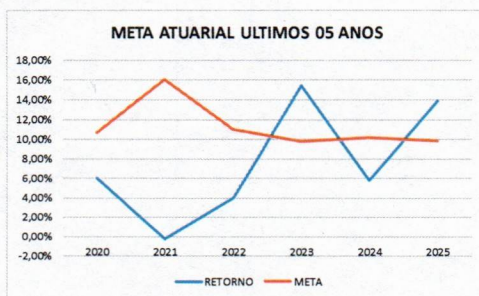


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

	RETORNO	META	
2020	6,05%	10,63%	ABAIXO
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA

Retorno	meta
44,96%	67,25%



6) Credenciamento

Distribuidores

Não ocorreram novos credenciamentos/renovação no período

Gestores

Não ocorreram novos credenciamentos/renovação no período

Administradores

Não ocorreram novos credenciamentos/renovação no período

7) ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS QUE APRESENTAM COTA NEGATIVA

Conforme discutido em reuniões anteriores e com base na análise contínua da carteira e nos relatórios emitidos pela consultoria de investimentos, identificamos fundos que, no presente exercício, mantêm cotas negativas. Além disso, foram observados fundos que, apesar de apresentarem desempenho satisfatório no período atual, tiveram, em exercícios passados, fatores que justificam um acompanhamento diferenciado.

Os membros do Comitê de Investimentos, cientes da volatilidade inerente ao cenário econômico e do impacto direto que tal volatilidade exerce sobre os ativos de renda variável, deliberaram pela manutenção do monitoramento rigoroso desses fundos. O objetivo é avaliar continuamente a evolução desses investimentos e estar preparados para implementar estratégias de saída ou redução de posição, caso a situação não apresente sinais de recuperação substancial no curto a médio prazo.

QUELUZ VALOR FIA/QLZ MOS FI AÇÕES

No mês de dezembro de 2025, o MOS Institucional Fundo de Investimento Financeiro – Classe de Investimento Ações – Responsabilidade Limitada, CNPJ 29.045.353/0001-90, apresentou rentabilidade negativa de aproximadamente -0,1%. No mesmo período, o Ibovespa registrou desempenho positivo em torno de +1,3%, resultando em performance inferior do fundo em relação ao seu principal benchmark no mês.

No acumulado do exercício de 2025, o fundo apresentou rentabilidade aproximada de +24,0%, enquanto o Ibovespa acumulou cerca de +34,0% no mesmo período, evidenciando uma defasagem de desempenho do fundo frente ao índice de referência ao longo do ano.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

O resultado de dezembro de 2025 reflete a volatilidade característica do mercado de ações e movimentos pontuais de ajuste de preços no encerramento do exercício, não descaracterizando o retorno positivo obtido pelo fundo no acumulado anual, embora abaixo do benchmark adotado.

QUELUZ VALOR FIA / QLZ MOS FIA			
SALDO APLICADO			
jun/21	R\$ 2.000.000,00	RETORNO R\$	RETORNO %
dez/21	R\$ 1.473.368,06	-R\$ 526.631,94	-26,32%
dez/22	R\$ 1.067.511,75	-R\$ 405.856,31	-27,56%
dez/23	R\$ 1.459.262,88	R\$ 391.751,13	27,04%
dez/24	R\$ 1.202.465,84	-R\$ 256.797,04	-17,59%
dez/25	R\$ 1.491.509,16	R\$ 289.043,32	7,60%
RESULTADO DA APLICAÇÃO		-R\$ 508.490,84	-25,42%

EVENTO FELIPE TAYLOR

	DATA	VALOR DA COTA	QTD DE COTAS	VALOR R\$	
Aplicação Inicial	09/06/2021	3,2946517	607044,44114680	2.000.000,00	
dia anterior	13/10/2022	2,6806633	607044,44114680	1.627.281,75	A RECUPERAR
fechamento do dia	14/10/2022	1,8772186	607044,44114680	1.139.555,12	- 487.726,64
cota atual	30/12/2025	166,341753	8966,53504580	1.491.509,16	- 135.772,60

Ainda há um saldo a recuperar do ocorrido em outubro/2022, apesar dos esforços da nova equipe de gestão do fundo, a volatilidade do cenário econômico da renda variável brasileira ainda impede um retorno positivo de toda a indústria de fundos do mercado.

BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII

O CARE11 vem permanecendo sob acompanhamento especial por apresentar histórico de desempenho abaixo do esperado e baixa liquidez no mercado secundário. Em dezembro de 2025 observou-se valorização pontual do preço da cota, sem, contudo, alterar o entendimento de que se trata de ativo que requer acompanhamento reforçado, sobretudo quanto à transparência de informações, evolução de governança e condições de liquidez. Considerando a participação pouco material do fundo na carteira do ITAPREV e a necessidade de resguardar a adequada gestão dos recursos previdenciários, o Comitê manteve a posição sem novos aportes e seguiu articulado com outros RPPS cotistas para troca de informações e alinhamento de encaminhamentos. Até o fechamento desta ata, não houve evolução do interesse anteriormente ventilado por terceiros para eventual assunção de administração e gestão, mantendo-se o tema em monitoramento.

No tocante à estrutura operacional do fundo, o Comitê registrou o comunicado da gestora acerca da liquidação extrajudicial da administradora então responsável e os reflexos administrativos decorrentes, destacando que a tratativa demanda abordagem jurídico-regulatória além do acompanhamento econômico-financeiro. Assim, em linha com a conduta de governança adotada, o ITAPREV tomará providências internas e encaminhará demanda à Assessoria Jurídica para orientação quanto às medidas cabíveis, inclusive quanto à viabilidade de suporte jurídico especializado (interno e/ou contratação técnica específica, se necessário) para análise de regulamentos, deveres fiduciários, comunicações formais, e apoio na atuação do RPPS em deliberações e encaminhamentos que visem preservar o interesse do RPPS. Por fim, o Comitê registra que continuará atento junto aos demais RPPSs cotistas, visando viabilizar convocação de Assembleia Geral de Cotistas com pauta relacionada à



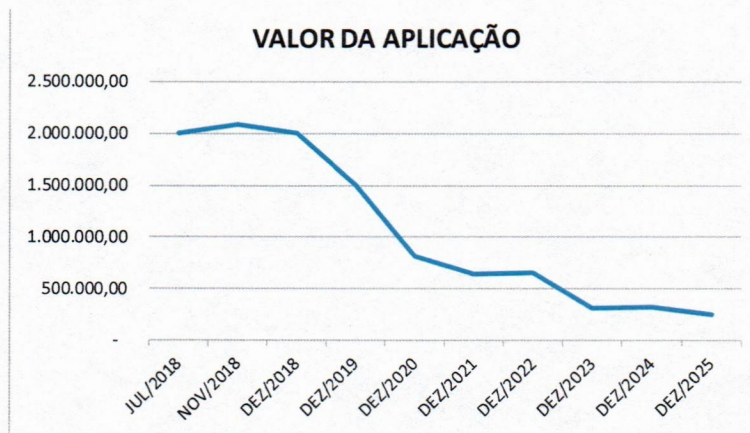
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

reorganização administrativa e demais medidas incluindo temas que possam levar a liquidação e restituição das cotas pelo valor patrimonial do fundo, ficando consignado que o posicionamento do ITAPREV será definido em ato próprio, após a consolidação das informações, mantendo-se, até lá, o monitoramento reforçado e a disciplina de não ampliar exposição no ativo.

Produto / Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922 / 4.392 / 4.604	SEGMENTO	Retorno 2025	Meta 2025	Segmento
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11	Artigo 11º	RENTA VARIÁVEL	-22,31%	9,76%	PREVIDENCIÁRIO

MÊS	VALOR DA APLICAÇÃO
JUL/2018	1.999.999,75
NOV/2018	2.088.401,95
DEZ/2018	2.006.732,60
DEZ/2019	1.505.049,45
DEZ/2020	816.693,50
DEZ/2021	646.354,57
DEZ/2022	658.021,62
DEZ/2023	319.677,17
DEZ/2024	324.343,99
DEZ/2025	252.008,28



Comunicado oficial da gestora sobre liquidação extrajudicial da administradora

Em novembro de 2025, a gestora Zion Gestão de Recursos Ltda., responsável pelo CARE11, divulgou um comunicado oficial informando que o Banco Central do Brasil (BCB) formalizou a liquidação extrajudicial da atual administradora do fundo, a MASTER S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (por meio do Comunicado nº 44.238 de 18 de novembro de 2025).

Esse fato impacta diretamente a estrutura administrativa do fundo, porque a administração dos FIIs no Brasil é feita por instituições devidamente autorizadas, e a liquidação extrajudicial significa que a administradora atual foi retirada de operação pelo regulador financeiro. Como consequência, a gestora afirmou que está em busca de uma nova instituição para assumir a administração do fundo, atuando "no melhor interesse dos cotistas" e dialogando com as partes envolvidas no processo de liquidação para definir os próximos passos.

Recebemos convocação para deliberação em aGC referente ao fundo com os seguintes temas:
Troca do Administrador;
Grupamento de Cotas;
Possibilidade de recompra das ações pela gestora;

Assuntos a serem deliberados em ata extraordinária.

8) Análise de risco da Carteira

Conforme dados da plataforma da consultoria de investimentos na renda fixa os ativos com benchmark IMA-B (longo prazo) foram de maior VAR para o mês, as incertezas fiscais para os próximos anos impactaram no



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

rendimento destes ativos. Os ativos atrelados ao IMA-B possuem maior volatilidade pois são compostos por ativos com vários vencimentos, tanto curto quanto longo.

IMA-B

Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS RESP LI...	1,54%	4,77%	2,92%	1,00%	3,05%	-0,01%	0,20%	1,09%	6,552%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF R...	2,00%	12,61%	3,59%	4,92%	9,67%	12,60%	0,20%	1,26%	4,662%
IMA-B (Benchmark)	2,04%	12,82%	3,60%	5,04%	9,87%	13,10%	-	-	-

Na renda variável a maior volatilidade ficou para os ativos ligados ao IBOVESPA que oscilou muito ao longo de 2022 e manteve essa oscilação durante exercício de 2023 e 2024, essa volatilidade tende a continuar no exercício de 2025 devido principalmente as incertezas com a política fiscal do atual governo e a capacidade do cumprimento de metas. Ativos ligados aos índices de renda variável fecharam o mês com rentabilidade em sua maioria negativa, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Ibovespa

Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO I RE...	0,83%	17,53%	2,99%	6,84%	13,97%	17,21%	1,60%	2,03	9,827%
MOS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES	1,39%	24,22%	2,35%	6,12%	18,10%	8,12%	2,90%	8,20	18,548%
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FIF	7,34%	26,23%	11,90%	10,24%	22,29%	20,81%	2,00%	5,11	12,906%
SANTANDER DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF CIC AÇ.	5,97%	32,06%	9,95%	14,59%	25,84%	37,99%	1,10%	4,39	13,607%
FINACAP MAURITSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	6,10%	31,03%	9,19%	16,47%	23,53%	25,05%	2,00%	5,04	15,379%
Ibovespa (Benchmark)	6,37%	32,25%	12,48%	16,09%	26,58%	24,93%	-	-	-

Em 2022, a inflação nas principais economias mundiais havia mantido a rentabilidade dos ativos no exterior em território negativo. Essa tendência se manteve ao longo do exercício de 2023, deixando os investidores ansiosos por uma mudança no cenário. A esperança era que, com o início do corte de juros no segundo semestre de 2023, houvesse uma reviravolta positiva, trazendo novamente rentabilidade a esses ativos.

Com o início efetivo dos cortes nos juros americanos iniciados em setembro/2024, parte do fluxo que estava na renda fixa foi para a renda variável favorecendo os fundos de investimentos no exterior, em 2024 os ativos de investimentos no exterior trouxeram as melhores rentabilidade as carteiras.

2025 não começou bem para estes ativos que sofreram negativamente devido as expectativas do novo governo de Donald Trump e o cumprimento de suas falas de taxaço a produtos importados para proteger a economia americana.

Global BDRX

Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES B...	-2,29%	4,28%	7,32%	14,76%	8,87%	80,03%	0,70%	7,21	20,041%
Global BDRX (Benchmark)	-2,41%	4,66%	7,44%	15,10%	9,83%	84,14%	-	-	-

MSCI USA Extended ESG Focus

Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
BB AÇÕES GLOBAIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	-2,63%	-1,91%	5,41%	10,06%	1,16%	55,70%	1,00%	7,28	17,847%
MSCI USA Extended ESG Focus (Benchmark)	-1,08%	-0,25%	4,25%	8,21%	-0,66%	60,73%	-	-	-

9) Assuntos Gerais:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Em dezembro, o mercado financeiro apresentou acontecimentos relevantes para os Regimes Próprios de Previdência Social, com destaque tanto para o ambiente regulatório quanto para o cenário macroeconômico e de mercado.

O principal fato do mês foi a aprovação em 18/12, pelo Conselho Monetário Nacional, da Resolução CMN nº 5.272/2025, que atualizou de forma abrangente as regras para aplicação dos recursos dos RPPS. A nova norma reforçou exigências de governança, controles internos, transparência e responsabilidade dos agentes envolvidos, além de vincular limites de investimento ao nível de certificação Pró-Gestão RPPS. Também foram reforçadas restrições a ativos considerados de maior risco e ampliada a necessidade de adequação das políticas de investimento, com efeitos práticos a partir de 2026. Esse movimento sinalizou maior rigor regulatório e exigiu atenção dos gestores previdenciários já no fechamento do exercício.

No campo macroeconômico, dezembro foi marcado por revisões nas expectativas do mercado. As projeções de inflação apresentaram tendência de acomodação no curto e médio prazo, enquanto as estimativas de crescimento econômico permaneceram relativamente estáveis, sustentando um cenário de juros ainda elevados, porém com perspectiva de estabilização. Esse contexto impactou diretamente as decisões de alocação dos RPPS, especialmente em renda fixa, títulos públicos e ativos indexados à inflação.

No mercado financeiro, o mês consolidou o desempenho positivo do mercado de capitais ao longo do ano. O Ibovespa encerrou dezembro com valorização moderada, refletindo ajustes de carteira e movimentos típicos de fechamento de exercício. O câmbio apresentou relativa estabilidade, com o dólar encerrando o ano em patamar inferior ao observado em momentos de maior estresse, o que influenciou a atratividade de ativos atrelados à moeda estrangeira.

Outro ponto observado foi a menor liquidez em alguns segmentos do mercado, especialmente em renda variável e determinados fundos estruturados, o que reforçou a cautela dos RPPS quanto à gestão de risco e à necessidade de compatibilizar prazos e liquidez das aplicações com os compromissos atuariais.

Em síntese, dezembro foi um mês decisivo para os RPPS, marcado pela mudança estrutural no arcabouço regulatório de investimentos, pela consolidação do cenário macroeconômico do ano e por ajustes finais nas carteiras, preparando os regimes previdenciários para um ambiente de maior exigência de governança e controle a partir do exercício seguinte.

Em 16/12 havia sido aprovado pelo conselho administrativo a política de investimentos nos moldes da resolução Nº4963, a portaria Nº 5272/2025 não entrou em vigor imediatamente, passando a vigorar a partir de 02 de fevereiro de 2026. Até 3/01/2026 os investimentos seguem os moldes da resolução Nº4963/2025 seguintes critérios de baixo, credito e liquidez conforme portaria Nº 2582 de 26 de dezembro de 2025.

Em 2025 a meta atuarial foi superada, com fundos atrelados principalmente ao CDI trazendo bons resultados devido a taxa SELIC ainda estar em patamares elevados 15,00% a.a.. Com a previsão do inicio de cortes para a segunda reunião do COPOM em março/2026, esses ativos devem ainda entregar meta atuarial em 2026 se a SELIC encerrar o exercício acima de 10%a.a conformes projeções. De todos os ativos na carteira, somente o BRAZILIAN GRAVEYARD DEATH CARE-CARE11 Ficou no campo negativo, o fundo teve um bom primeiro semestre que não se sustentou no segundo. Os investimentos atrelados ao exterior que sofreram no inicio do ano com a taxaçoão do governo TRUMP se recuperaram ao longo do ano, fechando no campo positivo.

GESTOR	Produto / Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922 / 4.392 / 4.604	SEGMENTO	Retorno 2025	Meta 2025
CAIXA	CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDIA VARIÁVEL	22,47%	9,76%
CAIXA	CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I FI AÇÕES	Artigo 9º, Inciso III	RENDIA VARIÁVEL	7,65%	9,76%
BB	BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NIVEL I	Artigo 9º, Inciso III	RENDIA VARIÁVEL	0,47%	9,76%



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

Todos os novos ativos que entraram na carteira do RPPS, fecharam o ano no positivo, mostrando a escolha assertiva do comitê de investimentos em produtos de acordo com a política de investimentos.

DISTRIBUIDO	GESTOR	Produto / Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922 / 4.392 / 4.60	SEGMENTO	Retorno 2025	Meta 2025	Segmento	fundos novos 2025
GRID	CLARITAS	CLARITAS FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENDA FIXA	13,58%	8,74%	PREVIDENCIARIO	FEVEREIRO
PATRIARCA	DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	11,73%	8,74%	PREVIDENCIARIO	FEVEREIRO
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	10,96%	3,49%	PREVIDENCIARIO	JULHO
SICREDI	SICREDI	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RF LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	7,91%	3,89%	PREVIDENCIARIO	JUNHO
BRADESCO	bradesco	BRADESCO DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	7,34%	1,91%	PREVIDENCIARIO	OUTUBRO
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,43%	5,23%	PREVIDENCIARIO	MAIO
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,17%	5,23%	PREVIDENCIARIO	MAIO
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	6,14%	5,23%	PREVIDENCIARIO	MAIO
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RESP LIMITADA FIF CIC RF LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	5,18%	3,16%	PREVIDENCIARIO	AGOSTO
CAIXA	CAIXA	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESA CÍCLICO I RESP.LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	3,12%	3,16%	PREVIDENCIARIO	AGOSTO
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ S&P500 BRL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	1,91%	1,35%	PREVIDENCIARIO	NOVEMBRO
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	3,27%	2,84%	PREVIDENCIARIO	SETEMBRO
SANTANDER		SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	0,52%	1,35%	PREVIDENCIARIO	NOVEMBRO
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,50%	0,78%	PREVIDENCIARIO	DEZEMBRO
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,95%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,48%	0,78%	PREVIDENCIARIO	DEZEMBRO
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	0,46%	0,78%	PREVIDENCIARIO	DEZEMBRO

2026 será um ano desafiador aos produtos para investimentos, a resolução Nº5272/25 limitou os ativos aos níveis de pró gestão, programa hoje facultativo, que se tornou obrigatório para quem quer fazer diversificação da carteira, O ITAPREV Pró gestão nível I, de acordo com a nova resolução pode aplicar somente em títulos públicos federais, e fundos de investimentos 100% títulos públicos e empréstimo consignados a servidores. Trabalharemos para evolução no pró gestão para fazer uma boa gestão dos recursos.

Além dos segmentos atrelados ao pró gestão, não pode haver aplicações por intermédio de distribuidores, os fundos devem ser de gestor ou administrador S1 e S2 e foi vedado fundos 100% títulos públicos. A Resolução instituiu o prazo de 2 anos para adequação do mercado.

A busca por investir em títulos públicos federais que estava na programação do comitê de investimentos, agora torna-se obrigatória enquanto estes ativos ainda são negociados acima da meta atuarial, os investimentos feito agora corre o risco do reinvestimento no vencimento da aplicação devido as projeções de queda da SELIC se não houver mudança na resolução permitindo novos ativos.

Devido a nova resolução não há análise de novos produtos, os primeiros dias da nova resolução será para enquadramento das carteiras e fundos os níveis de cada RPPS devido até os fundos de resgate e aplicação automático não estarem permitidos a todos os RPPS.

CREDITO E MERCADO

Na data desta reunião encerra-se também a longínqua parceria com a consultoria CREDITO e MERCADO, os últimos acontecimentos envolvendo a consultoria e seus diretores em pareceres questionáveis, inclusive ao que deu aval para aplicação no CARE11 em 2017, foram decisivos para a opção de troca de consultoria para os investimentos, seguem alguns dados relevantes sobre a CREDITO E MERCADO:

"A Crédito & Mercado Consultoria de Investimentos foi fundada no início dos anos 2000, com registros públicos indicando sua constituição por volta de 2003. A partir de 2007 e, de forma mais estruturada desde 2009, a empresa passou a atuar de maneira intensiva na prestação de serviços de consultoria em investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), oferecendo suporte técnico a institutos municipais e estaduais, com emissão de pareceres, participação em comitês de investimentos e apoio na elaboração de políticas de investimentos.

Durante a década de 2010, especialmente entre 2010 e 2015, a Crédito & Mercado consolidou sua presença no mercado de RPPS, ampliando contratos com municípios em diferentes estados. Não há registros públicos de controvérsias relevantes nesse período, sendo a atuação marcada pela expansão comercial e pela participação recorrente em reuniões de conselhos previdenciários. Em 2015, o grupo Crédito & Mercado foi



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

adquirido pela Starboard Participações, fato divulgado institucionalmente, mantendo a marca e a equipe executiva, mas com reforço de capital e estrutura societária.

Entre 2016 e 2022, a consultoria continuou ampliando sua carteira de clientes no setor público, com diversos contratos administrativos firmados por dispensa ou inexigibilidade de licitação, prática comum nesse segmento. Nesse intervalo, a empresa emitiu inúmeros pareceres técnicos que embasaram decisões de investimento de RPPS, sobretudo em fundos de investimento, títulos privados e operações estruturadas permitidas pela regulamentação vigente à época. Ainda assim, esse período não foi marcado por grande exposição negativa na imprensa nacional.

A partir de 2023, o nome da Crédito & Mercado passou a aparecer de forma mais recorrente em reportagens investigativas. No final daquele ano, a Polícia Federal deflagrou a chamada Operação Rebote, que apurou um suposto esquema envolvendo aplicações de recursos de RPPS em ativos de maior risco, com destaque para títulos emitidos pelo Banco Master. Diversos institutos de previdência municipal passaram a ser investigados, assim como corretoras, gestores e consultorias que teriam participado do processo de análise e recomendação desses investimentos. A Crédito & Mercado foi citada em reportagens como uma das consultorias que prestavam assessoria técnica a alguns dos RPPS envolvidos.

Em 2024, surgiram reportagens detalhando pareceres técnicos emitidos pela consultoria que classificavam letras financeiras do Banco Master como ativos de risco considerado baixo ou compatível com o perfil dos RPPS, com base em ratings de crédito e em análises de solvência da instituição emissora. Especialistas do mercado e órgãos de controle passaram a questionar essas classificações, ressaltando que tais títulos não possuíam cobertura do Fundo Garantidor de Créditos e apresentavam risco elevado para fundos previdenciários. A discussão passou a se concentrar na qualidade técnica dos pareceres e na diligência adotada na avaliação dos riscos.

Em 2025, a crise do Banco Master ganhou maior dimensão pública, com processos administrativos na Comissão de Valores Mobiliários, reportagens sobre possíveis fraudes, operações atípicas e problemas de liquidez. Nesse contexto, vieram a público informações de que RPPS assessorados pela Crédito & Mercado teriam investido centenas de milhões de reais em letras financeiras e outros ativos ligados ao banco. Municípios como Maceió, Campos dos Goytacazes e outros passaram a ser citados em reportagens, com questionamentos sobre a contratação da consultoria, a ausência de licitação em alguns casos e o papel dos pareceres técnicos na tomada de decisão dos conselhos previdenciários.

Ainda em 2025, vereadores, tribunais de contas e ministérios públicos estaduais passaram a cobrar explicações formais dos gestores de RPPS e das consultorias envolvidas. A Crédito & Mercado, por sua vez, divulgou posicionamentos afirmando que sua atuação era estritamente técnica, que não realizava intermediação de investimentos e que as decisões finais cabiam exclusivamente aos conselhos e gestores dos regimes próprios. A empresa também negou a existência de conflitos de interesse e o recebimento de qualquer tipo de comissão ou rebate por parte de instituições financeiras ou gestoras de fundos.

No início de 2026, um novo fato ampliou a repercussão negativa. Reportagens noticiaram a condenação judicial do CEO da Crédito & Mercado por gestão temerária em um caso específico envolvendo recomendação de investimento de um instituto de previdência municipal em um fundo considerado incompatível com as normas aplicáveis aos RPPS. Embora a decisão tenha se referido a um caso concreto e anterior, ela reforçou o debate público sobre a responsabilidade das consultorias de investimento, a robustez dos pareceres técnicos e os limites entre consultoria, recomendação e influência nas decisões de alocação de recursos públicos.

Paralelamente, em 2025 e 2026, intensificou-se no mercado financeiro e entre órgãos de controle o debate sobre potenciais conflitos de interesse, incluindo a prática de pagamento de rebates ou comissões indiretas por gestoras, distribuidores ou emissores de títulos. Embora não haja, até o momento, comprovação pública de que a Crédito & Mercado tenha recebido esse tipo de remuneração, o tema passou a ser associado



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

ao caso de forma indireta, como parte de uma discussão mais ampla sobre incentivos econômicos na cadeia de distribuição de produtos financeiros para RPPS.

Em síntese, os acontecimentos mostram uma empresa que atuou por mais de uma década com baixa exposição negativa, mas que, a partir de 2023, passou a ser associada a investigações, reportagens críticas, questionamentos regulatórios e decisões judiciais, sobretudo em razão de pareceres relacionados a investimentos em ativos de maior risco, com destaque para o caso do Banco Master e seus desdobramentos no sistema de previdência pública municipal.”

Consolidação das informações : CHAT GPT

A partir de 15 de janeiro de 2026 a consultoria de investimentos parceira do RPPS será a LEMA Consultoria de Investimentos para RPPS, formalmente Matias e Leitão Consultores Associados Ltda., é uma empresa brasileira especializada na prestação de serviços de consultoria de investimentos voltados exclusivamente para Regimes Próprios de Previdência Social de servidores públicos. A empresa foi fundada em 2011 e tem sede em Fortaleza, no Ceará, atuando em diversos estados do país junto a RPPS municipais e estaduais.

A LEMA é registrada na Comissão de Valores Mobiliários como consultoria de investimentos, o que a habilita a prestar orientações técnicas e estratégicas sobre alocação de recursos, sem exercer gestão direta dos ativos. Sua atuação é baseada no modelo de consultoria independente, ou seja, sem vínculo formal com instituições financeiras emissoras ou distribuidoras de produtos, conforme divulgado pela própria empresa.

Entre os principais serviços prestados estão o acompanhamento e análise das carteiras de investimentos dos RPPS, a elaboração e revisão da Política de Investimentos, o suporte técnico aos comitês de investimentos e conselhos deliberativos, a emissão de relatórios periódicos de desempenho e risco, além do apoio no cumprimento de obrigações regulatórias, como o preenchimento e envio de demonstrativos exigidos pela Secretaria de Previdência, a exemplo do DPIN e do DAIR.

A empresa também oferece suporte em processos de credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimento, análises de aderência às normas do Conselho Monetário Nacional, estudos de Asset Liability Management para alinhamento entre ativos e passivos previdenciários, e apoio técnico em auditorias e fiscalizações realizadas por tribunais de contas e outros órgãos de controle.

No campo tecnológico, a LEMA disponibiliza um sistema próprio de acompanhamento das carteiras, utilizado para consolidação de informações, geração de relatórios e apoio à governança dos RPPS. Além disso, mantém uma área voltada à capacitação e educação previdenciária, oferecendo cursos, treinamentos e palestras para gestores, conselheiros e membros de comitês de investimentos.

A equipe da consultoria é composta por profissionais com formação em economia, finanças e áreas correlatas, com experiência no mercado financeiro e no segmento de previdência pública. A empresa divulga atender centenas de RPPS em diferentes regiões do Brasil.

Em síntese, a linha do tempo mostra uma empresa que atuou por mais de uma década com baixa exposição negativa, mas que, a partir de 2023, passou a ser associada a investigações, reportagens críticas, questionamentos regulatórios e decisões judiciais, sobretudo em razão de pareceres relacionados a investimentos em ativos de maior risco, com destaque para o caso do Banco Master e seus desdobramentos no sistema de previdência pública municipal.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

ATIVOS SAINDO DA CARTEIRA

DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2025 IPCA + 7,00%

Letra financeira com vencimento em 16 de dezembro de 2025, foram aplicados inicialmente R\$ 7.500.000,00 e resgatados R\$ 10.531.223,06. Letra financeira adquirida por intermédio do distribuidor EMPIRE CAPITAL, não haverá renovação da posição via este distribuidor conforme Plano de Contingência Nº 001/2024. O comitê acompanhou as taxas até o vencimento deliberando pela aplicação em novas letras financeiras BRADESCO, ITAÚ e/ou SANTANDER, instituições S1. Das elegíveis pelo comitê optou-se pelo banco Itaú, taxas em linha com os concorrentes, e deliberado pela aplicação para desconcentração de valores no BANCO SANTANDER e BANCO BRADESCO.

PLANO DE CONTINGENCIA

Plano de contingencia Nº 0001/2024 – EMPIRE CAPITAL

Na reunião realizada na sede do RPPS, com a participação do distribuidor, comitê de investimentos, conselho administrativo e presidente do conselho fiscal Ronaldo Luciano, foi apresentado novamente o arquivamento do processo contra todos envolvidos da distribuidora, do Sr. João Figueiredo, e da gestora Tarpon. Em decisão conjunta após a reunião, optou-se por no momento, reabilitar o distribuidor para novas aplicações a partir do vencimento de uma letra financeira intermediada com o Banco Daycoval, para realocação destes ativos que vencerão em dezembro de 2025. Aplicação de novos recursos e análise de novos produtos, deliberado por novas aplicações somente em 2026. Todos entendem que apesar do arquivamento do processo não a necessidade do RPPS por novas aplicações imediatamente, assim como ocorreu com o distribuidor GRID.

Em reunião extraordinário do comitê em 13 de agosto, foi deliberado pela possível retorno de relações comerciais por intermédio da Empire Capital para o ano de 2026, somente ação deliberada e aprovada pelo conselho administrativo em 10 de setembro de 2025. Aprovado pelo conselho administrativo e fiscal as deliberações do comitê de investimentos.

A resolução Nº5272/2025 até o momento desta ata, veda qualquer aplicação por intermédio de distribuidor. O distribuidor ainda pode manter o relacionamento com RPPS, para envio de extratos, por exemplo, vedando qualquer relacionamento que gere remuneração.

Plano de contingencia Nº 0001/2025 – LETRAS FINANCEIRAS

Devido aos acontecimentos com o BANCO MASTER, mesmo o RPPS não tendo relacionamento com a instituição elaboramos um plano de contingência limitando novas aplicações em letras Financeiras somente as instituições S1 e S2. Atualmente o RPPS possui aplicações em letras financeiras no Banco Daycoval instituições S3, devido a impossibilidade de resgate, o comitê monitorará as aplicações até seu vencimento vedando novas conforme este novo plano de contingência.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DA APLICAÇÃO	SALDO EM 28/11/2025	RENDIMENTO
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2025 IPCA + 7,00%	dez/25	7.500.000,00	10.486.861,66	2.986.861,66
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	dez/26	7.500.000,00	10.553.373,70	3.053.373,70
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	out/27	5.500.000,00	6.243.053,55	743.053,55
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	out/29	5.000.000,00	5.723.307,88	723.307,88
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	fev/30	5.000.000,00	5.539.145,82	539.145,82
TOTAL		30.500.000,00	38.545.742,61	8.045.742,61

A resolução Nº 5272/2025, veda a aplicação em letras financeiras em instituições que não sejam S1 ou S2 e a RPPS com no mínimo Pró Gestão nível II

BANCO MASTER

Nos últimos meses o Banco Master entrou em forte crise financeira, com deterioração de sua situação patrimonial, dificuldade de honrar compromissos e suspeitas de irregularidades nas suas operações. Em novembro de 2025 o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da instituição, após constatar problemas de liquidez e descumprimento de normas bancárias, o que praticamente encerrou suas operações tradicionais. Isso ocorreu no contexto de investigações da Polícia Federal que apura um suposto esquema de fraude envolvendo emissão de títulos sem lastro e outras irregularidades, que resultou na prisão de executivos ligados ao banco, incluindo seu principal controlador.

Um dos pontos de maior repercussão foi a exposição de recursos de fundos de previdência de estados e municípios (RPPS) em títulos emitidos pelo Banco Master. Dados públicos e reportagens indicam que diversos RPPS aplicaram recursos em letras financeiras e fundos vinculados ao banco, somando uma exposição de cerca de R\$ 1,8 bilhão a quase R\$ 2 bilhões, com casos significativos como o Rioprevidência do Rio de Janeiro, que teria alocado cerca de R\$ 2,6 bilhões em ativos relacionados ao Master, apesar de contestações sobre valores exatos.

Antes da liquidação, o Ministério Público de Contas de São Paulo havia alertado e encaminhado representações ao Tribunal de Contas sobre o risco desses investimentos pelos RPPS municipais, destacando que alguns desses fundos tinham percentuais elevados de sua carteira aplicados no banco e que, em caso de incapacidade da instituição em cumprir obrigações financeiras, isso podia afetar de forma relevante seus patrimônios.

Após a liquidação, órgãos de controle, como o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), passaram a orientar gestores dos RPPS sobre o tratamento contábil e as medidas a adotar diante da situação de liquidação e da incerteza quanto à recuperação dos ativos do Master, com o objetivo de garantir conformidade e transparência nas demonstrações financeiras dos regimes previdenciários.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) também esclareceu que quanto às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão privados), não havia aplicações em ativos do Banco Master, e que os impactos se limitam principalmente aos RPPS públicos.

Em alguns municípios e estados, administrações públicas e representantes têm se manifestado sobre a situação, com promessas de que os pagamentos de benefícios não serão afetados, enquanto outras vezes criticam a perda de recursos e a falta de transparência na gestão dos investimentos, especialmente no contexto dos recursos aplicados no Banco Master que agora podem “virar pó” conforme a liquidação avança.

O caso do Banco Master se transformou em um grande problema regulatório e financeiro no Brasil, com implicações diretas para RPPS que tinham investimentos significativos no banco, levando a ações de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

investigação, medidas de controle fiscal e orientações contábeis para lidar com os efeitos da liquidação e possíveis perdas desses recursos.

O comitê de investimentos reitera que não há nenhuma aplicação de recursos do RPPS gerida pelo Banco Master, há uma exposição indireta na instituição, devido ela ser administrador fiduciário do **BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII**, troca que deve ser realizada via assembleia de cotistas, sem impacto na gestão do fundo

ASSEMBLEIA BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII

Participamos de um grupo de cotistas RPPS sem intermédio de consultoria, consultores ou outros agentes externos a rotina interna do RPPS, ficou acertado uma reunião presencial deste grupo para discussão dos últimos acontecimentos no fundo durante o congresso nacional de Previdência, a ser realizado pela associação ABIPEM na cidade de Foz do Iguaçu/PR nos dias 25,26 e 27 de junho. Participou da reunião o membro do comitê Alex Domingues de Castro Santos, os RPPS veem com bons olhos a troca do administrador do fundo apesar do maior impacto a rentabilidade do fundo seja a gestão. Participou do encontro o presidente da associação nacional de previdência ABIPEM, o Sr. João Figueiredo deixando a associação a disposição dos RPPS no que for necessário aos próximos passos do fundo, seja pela troca do gestor ou liquidação do fundo se os cotistas decidirem em assembleia que seja necessário.

Nova reunião dos cotistas realizada no 23º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV E 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PREVIDÊNCIA, realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR com a participação dos membros do comitê de investimentos Rafael de Jesus Freitas e Jose Roberto dos Santos. Não reunião foi debatido uma convocação de AGC deliberando pela troca do administrador e gestor do fundo, houve o interesse do Banco BTG PACTUAL que já possui expertise no segmento imobiliário em assumir o fundo, como próximo passo os RPPS devem amadurecer a ideia para formar quórum, para aprovação da matéria.

Posterior a esta reunião do congresso de Foz do Iguaçu, ainda não ocorreram atualizações deliberações sobre o assunto.

O CARE11 tem como **administrador registrado a Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (Master CCTVM)**, que integrava o mesmo grupo do Banco Master antes da liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central. A simples relação de administrador não significa que o fundo possua ativos ou investimentos diretamente vinculados ao Banco Master como contraparte de dívida ou crédito; é uma relação **administrativa**, não de exposição financeira direta ao banco. Não há **comunicados oficiais**, reportagens ou fatos relevantes divulgados por administradores ou pelo mercado que indiquem que a crise do Banco Master causou perdas vinculadas a ativos (ex.: recebíveis, dívidas, créditos) pertencentes ao CARE11

Mesmo sem exposição direta de ativos, existem alguns riscos indiretos plausíveis que podem afetar FIIs em geral — incluindo o CARE11 — por causa de um evento como a liquidação de um banco:

- Percepção de risco de mercado: notícias negativas sobre instituições financeiras — especialmente quando envolvem liquidações e fraudes — podem reduzir a confiança dos investidores em ativos de maior risco ou menor liquidez, como FIIs considerados exóticos (ex.: segmentos especializados). Isso pode pressionar o preço das cotas.

- Administração do fundo: se houver impacto operacional sobre a Master CCTVM em função da liquidação e da necessidade de troca de administrador, o fundo pode passar por um processo administrativo que eventualmente gere custos, comunicações a cotistas ou mudanças operacionais (como troca de administrador por outro agente).



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

• Liquidez e percepção de risco: fundos com menor liquidez ou performance negativa podem sofrer movimentos mais voláteis em momentos de aversão ao risco no mercado.

Esses efeitos seriam indiretos ou de percepção, e não causados por perdas contábeis ligadas diretamente ao Banco Master.

Questionamos a gestora ZION INVEST sobre a troca do administrador e recebemos este posicionamento:

"Prezados,

Em atenção aos questionamentos recebidos a respeito da recente decisão do Banco Central do Brasil (BCB), formalizada por meio do Comunicado nº 44.238, de 18 de novembro de 2025, que trata da liquidação extrajudicial da Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atual administradora do Fundo, prestamos os seguintes esclarecimentos gerais.

A situação vem sendo acompanhada de forma próxima e permanente pela gestão, em conjunto com os demais prestadores de serviços do Fundo, com o objetivo de preservar integralmente os interesses dos cotistas, a continuidade operacional e a segurança dos ativos.

A Gestora também informa que o Fundo não possuía nenhuma exposição ao conglomerado do Banco Master S/A, se limitando a relação exclusivamente à prestação de serviços de administração e custódia do Fundo.

Todas as informações oficiais e atualizações disponíveis até o momento encontram-se publicadas em nosso site:

🔗 <https://zioninvest.com/>

Reiteramos que quaisquer novos desdobramentos relevantes serão comunicados tempestivamente pelos canais oficiais.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Zion Gestão de Recursos Ltda."

Convocados os cotistas para AGC em 21/01/2026 que dentre os assuntos estão a troca do administrador, grupamento de cotas e recompra das ações pela gestora do fundo. Voto a ser deliberado em ata extraordinária do RPPS.

O Comitê registra ainda que o CARE11 permanece em acompanhamento especial, sem novos aportes, diante de desempenho abaixo do esperado e baixa liquidez, mantendo articulação com outros RPPS cotistas. Considerando os recentes eventos operacionais do fundo, o ITAPREV prepara providências internas e junto a assessoria jurídica para orientação jurídico-regulatória e definição das medidas cabíveis.

Títulos Públicos

Para 2025, o comitê de investimentos também direciona atenção para aquisição de títulos públicos puros, ativos que ainda não estão na carteira em tem rentabilidades atrativas com risco muito baixo. Os vencimentos dos títulos ficarão dentro dos períodos em que, conforme estudo de ALM vigente, fiquem dentro do período em que a arrecadação é maior que a despesa do RPPS. Outra boa opção são os fundos vértices, mas



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

a taxa de administração no fundo composto 100% por títulos públicos, para os que não tem familiaridade/ equipe para cotação gestão e acompanhamento dos ativos, tornam-se ainda boa opção pelas elevadas taxas que os ativos estão remunerando. Visando o vencimento de fundo vértice em 2026 juntamente com letras financeiras, o comitê de investimentos direcionará esforços para credenciamento de instituições, fazendo realocações de ativos antecipando estes vencimentos para compra de títulos públicos ainda no primeiro trimestre de 2026, momento em que a SELIC continuará em torno de 15%a.a, mas já com sinalização de cortes ao longo de 2026. A resolução Nº 5272/2025 torna agora obrigatório a busca pela aquisição de títulos públicos a RPPS com pró gestão nível I, com a escassez de produtos para diversificação.

REUNIÕES

GESTORES/ADMINISTRADORES/DISTRIBUIDORES

Realizadas

GRID, PRIVATIZA, O patriarca, referente a nova resolução

Aguardando datas (não necessariamente nesta ordem)

CAIXA ASSET

BB ASSET

BNP PARIBAS

CAPACITAÇÃO

Participação nos eventos de atualização de produtos e cenários:

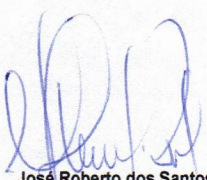
LIVE ITAU, CAIXA, BB, BRADESCO, ABIPEM, todas sobre a nova resolução

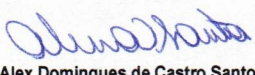
TREINAMENTOS/CONGRESSOS

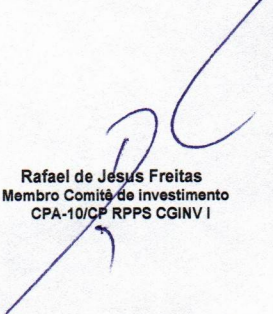
Devido a certificação ao pró gestão nível I e a resolução Nº5272/25, participamos de um treinamento sobre a aquisição de títulos públicos com a Águia Educação, a nova resolução traz uma nova modalidade de aquisição de títulos públicos por plataforma, está previsto sem data definida ainda, live com a consultoria de investimentos LEMA sobre as modalidades de aquisição de títulos públicos.

POLITICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2026

Marcada para 27 de janeiro reunião entre comitê de investimentos, conselho administrativo e Lema Consultoria para retificação da política de investimentos para o ano de 2026 em atendimento a nova resolução em vigor a partir de 02 de fevereiro de 2026.


José Roberto dos Santos
Membro Comitê de Investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV II


Alex Domingues de Castro Santos
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV I


Rafael de Jesus Freitas
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CP RPPS CGINV I